

Caso Calixto reacende debate sobre suplentes

Senadores querem reapresentar projetos que mudam critérios de escolha, submetendo substitutos a voto

Lydia Medeiros

• BRASÍLIA. O Senado viveu uma situação inusitada nos últimos dias, quando anulou a posse do empresário Mário Calixto, suplente do senador Amir Lando (PMDB-RO) — atual ministro da Previdência — e alvo de 147 processos, inclusive uma condenação criminal que suspendeu seus direitos políticos.

O caso de Calixto ressuscitou uma idéia exaustivamente debatida, mas nunca levada adiante: mudar o critério de escolha dos suplentes, geralmente recrutados pelos titulares ou pelos partidos entre parentes, amigos, financiadores de campanha ou cabos eleitorais.

Senadores querem reapresentar projetos

Os senadores Jefferson Peres (PDT-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP) pretendem reapresentar projetos arquivados na legislatura passada que, aprovados, podem acabar com o emprego fácil na Casa. A atual lei já permitiu que 20% da composição do Senado fosse de suplentes. Em setembro de 1998, véspera de eleição, 19 dos 81 senadores eram substitutos.

Suplicy defende a idéia de que os partidos ou coligações apresentem, na ocasião da eleição do titular, quatro candidatos a duas vagas de suplente. Ganhariam os mais bem votados.

— Só deve chegar aqui quem for eleito pelo povo — prega o senador do PT.

Nos EUA, a figura do suplente não existe. Se o senador morre ou renuncia, o governador do estado que ele representa, autorizado pela assembleia local, nomeia um substituto e convoca nova eleição.

O senador Sibá Machado (PT-AC) chegou ao Congresso como suplente da ministra Marina Silva, do Meio Ambiente. Um ano depois, ainda não esconde o constrangimento de representar o estado sem ter obtido um único voto. Sibá é antigo militante petista e seu nome foi aprovado pelo diretório regional, regra do

partido, para ser o substituto de Marina. Disputou e perdeu três eleições no Acre: deputado federal (1994), prefeito (1996) e deputado estadual (1998). Sibá diz que ficaria mais à vontade se tivesse a aprovação popular.

— A população não votou em mim. Fico desconfortável. A regra atual não é boa, tira a autoridade do suplente — admite.

A opinião de Sibá, contudo, é isolada. Suplentes geralmente relevam o fato de não terem votos. O senador Valmir Amaral (PMDB-DF), por exemplo, ganhou seis anos e nove meses de mandato ao assumir a cadeira de Luiz Estevão, cassado por denúncia de corrupção. Amaral, empresário bem sucedido, diz que foi escolhido porque tinha popularidade em áreas do Distrito Federal onde Estevão era menos conhecido. E pretende continuar na política:

— Não imaginava que receberia um mandato inteiro! Estou tranquilo, porque tudo que aconteceu foi sem a minha participação. Nada fiz de errado.

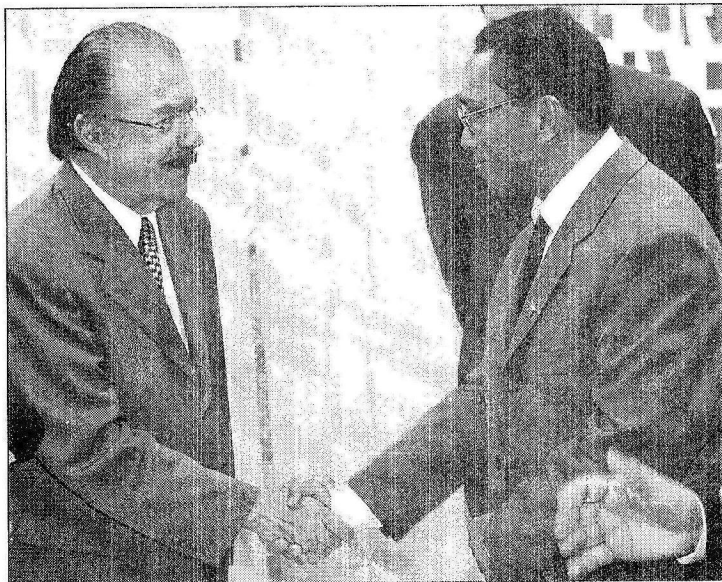
Doadores de campanha também viram suplentes

Quando renunciou ao mandato em 2001, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) entregou a vaga ao filho mais velho, o empresário e professor Antonio Carlos Magalhães Júnior. Reeleito em 2002, manteve o filho como primeiro suplente:

— Ele é capaz e demonstrou, no exercício da função, que tinha todos os méritos. Suplente deve ser é competente e sério — diz o senador, admitindo, no entanto, que o reserva poderia ser votado também.

Nomear para suplente doadores generosos é outra praxe. O caso mais clássico é o empresário paulista Gilberto Miranda, uma espécie de suplente profissional no Amazonas. Em 1990, assumiu a vaga de Carlo de Carli por quatro meses. Na legislatura seguinte, virou titular, ganhando sete anos do mandato de Amazonino Mendes, eleito governador. Hoje, é segundo suplente de Gilberto Mestrinho. ■

Gustavo Miranda/04-02-2003



SIBÁ É cumprimentado por Sarney: constrangimento pela falta de votos

Roberto Stuckert Filho/30-05-2001



ACM E O FILHO: o pefelista manteve vaga em família mesmo ao renunciar

Folha Imagem/26-01-2004



MÁRIO CALIXTO: o suplente de Amir Lando teve a posse anulada

Gustavo Miranda/05-12-2001



VALMIR AMARAL: "Não imaginava que receberia um mandato inteiro"